

O CONSELHO ESCOLAR DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE ASSÚ/RN: A VISÃO DE DOCENTES

THE SCHOOL COUNCIL OF A PUBLIC BASIC EDUCATION INSTITUTION IN THE MUNICIPALITY OF ASSÚ/RN: THE TEACHERS' VIEW

Aisla Rayla da Silva Ferreira¹
Fádylla Késsia Rocha de Araújo²

RESUMO

No campo educacional, o Conselho Escolar é um espaço de deliberações e tomadas de decisões onde deve-se ter a participação de pais, professores, estudantes, comunidade e equipe gestora da instituição escolar, a fim de colaborar com o processo de democratização da escola, pois uma vez que vivemos em uma sociedade democrática, as tomadas de decisões devem ser alinhadas nessas concepções. Com o desejo de conhecer mais sobre o Conselho Escolar e a Gestão democrática, esta pesquisa objetivou compreender sobre o Conselho Escolar na construção de uma Gestão Democrática. Para atingir tal objetivo, nos respaldamos nos estudos de Andrade (2009), Bordenave (1994), Ciseki (1998) e Libâneo (2001), entre outros. Realizou-se, também, um estudo de campo por meio da aplicação de um questionário em uma escola do município de Assú/RN. O resultado do instrumento aponta a necessidade da efetivação plena do Conselho Escolar, bem como a necessidade de formações e reuniões constantes a fim de desenvolver a consciência dos membros da escola sobre as atribuições e possibilidades advindas do pleno exercício de uma Gestão Democrática.

Palavras-chave: Conselho Escolar; Gestão Democrática; Participação; Educação.

ABSTRACT

In the educational field, the School Council is a space for deliberations and decision-making where parents, teachers, students, the community and the management team of the school institution must participate, in order to collaborate with the process of democratization of the school, because since we live in a democratic society, decision-making must be aligned with these conceptions. With the desire to learn more about the conceptions and executions of the School Council and democratic Management, this research aimed to understand the School Council and its application in the construction of Democratic Management. To achieve this objective, we rely on studies by Andrade (2009), Bordenave (1994), Ciseki (1998) and Libâneo (2001), among others. A field study was also carried out through the application of a questionnaire in a school in the municipality of Assú/RN. The result of the instrument highlights the need for the full implementation of the School Council, as well as the need for constant training and meetings in order to develop awareness about the attributions and possibilities arising from the full exercise of Democratic Management.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Campus Angicos). E-mail (Aisla.Ferreira@alunos.ufersa.edu.br)

² Professora Orientadora, Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Campus Angicos). E-mail (fadylla.araujo@ufersa.edu.br)

Key words: School Council; Democratic Management; Participation; Education.

INTRODUÇÃO

No campo educacional, o Conselho Escolar é um espaço de deliberações e tomadas de decisões onde deve-se ter a participação de pais, professores, estudantes, comunidade e equipe gestora da instituição escolar, a fim de colaborar com o processo de democratização da escola, pois uma vez que vivemos em uma sociedade democrática, as tomadas de decisões devem ser alinhadas nessas concepções.

A educação é uma atividade que auxilia no crescimento intelectual e na formação de cidadãos capazes de gerar transformações positivas na sociedade, implica, portanto, em reconhecer que os conselhos de educação são elementos fundamentais para garantir a construção de um sistema nacional articulado de educação. A Constituição Federal fortaleceu o embasamento legal para a existência dos Conselhos como órgãos de construção da democracia brasileira, e representou as lutas e conquistas da sociedade civil pela redemocratização após a ditadura militar, desde o final dos anos 70. Nesse novo contexto, eles passaram por mudanças em relação à sua natureza, deixando de ser “órgãos do governo” e se tornando “órgãos do estado”.

Os conselhos na área da educação têm uma institucionalização diferenciada, sendo regulamentados por legislação específica, como é o caso da criação do Conselho Nacional de Educação, pela Lei Nº 9.131/95, que estimula a elaboração e o acompanhamento da execução do plano nacional de educação.

Os Conselhos da área educacional foram instituídos para democratizar as relações, integrando a estrutura organizativa da educação: Família, corpo docente, gestores, sindicatos e outros, porcionando uma abertura na participação popular na gestão dos recursos públicos, com funções de consulta, decisão e fiscalização dos recursos destinados a programas federais, seguindo as orientações e diretrizes estabelecidas por órgãos centrais, e nesse cenário, “o governo transfere para as unidades federadas e para a sociedade civil a atribuição de administrar o ensino público, envolvendo a livre organização dos segmentos escolares na participação dos processos decisórios através de órgãos Colegiados” (FRANÇA, 2001, p. 52).

No campo da educação, a gestão democrática e participativa é um princípio que tem orientado a implementação de vários mecanismos de participação, nos quais se destacam diferentes modalidades de conselhos (nacionais estaduais e municipais). Esses órgãos têm

adquirido grande relevância ao longo dos anos, visto que a distribuição e o recebimento dos recursos financeiros pelos municípios estão condicionados, por lei federal, à existência desses conselhos. Conforme Ciseki (1998, p. 44), “[...] por meio do Conselho, a população poderá controlar a qualidade do serviço prestado pelo Estado, ou seja, poderá definir e acompanhar a educação que lhe é oferecida”.

Os referidos conselhos, exercem uma função essencial na construção do Sistema Nacional Articulado de Educação, podendo criar uma rede nacional de informação que os integre e possibilite a articulação dos conselhos nos vários níveis, com o objetivo de concretizar o regime de colaboração. A formação dessa rede nacional de informações deve relacionar as competências e responsabilidades de cada conselho em sua unidade federada, sem perda de autonomia frente às especificidades locais.

A participação dos sistemas educacionais nessa forma de gestão se deve, em parte, à ideia de que a má gestão seria a principal responsável pelos problemas que afetam o ensino e a aprendizagem e, de outra parte, pelo fato de se obter recursos para as escolas por meio do programa. Para superar esses problemas, como aponta Azevedo (2002):

fez-se uma leitura da realidade que levou às tentativas de adoção da gestão gerencial nas escolas e, por meio de processos de desconcentração/municipalização, valorização do local, entre outras medidas, buscou-se delegar às unidades escolares, aos professores e à comunidade a solução dos problemas que vêm impedindo que tenhamos uma educação pública de qualidade.

A gestão escolar baseada em princípios gerenciais vai contra a ideia de Projeto Político Pedagógico (PPP), que surgiu no contexto da redemocratização política do Brasil, a partir da metade dos anos 70, e que envolve a democratização da gestão escolar. A elaboração e implementação do PPP de forma democrática requer a participação de todos os atores que fazem parte da instituição com o propósito de debater e efetivar os reais objetivos da educação integradora, em prol das aprendizagens significativas dos alunos e da sua formação cidadã.

O desejo de realizar essa pesquisa emerge em decorrência do conhecimento que se tem acerca da importância de promover uma gestão democrática impulsionada pelo Conselho Escolar, que considere em sua dinâmica, toda a comunidade escolar. Nesse sentido, pode-se afirmar que apesar de já terem inúmeras pautas educacionais e sociais desenvolvidas até hoje, ainda há muito a se fazer pela efetivação da participação democrática, e a partir dessas percepções, é necessário discutir desde a raiz da problemática aos desdobramentos percebidos no contexto da educação básica da escola pública.

A viabilidade desses escritos se dá pelas possibilidades de acesso a informações em

sites de periódicos e publicações científicas, os quais discutem acerca da temática e as possibilidades de democratização da gestão escolar. Desse modo, esta pesquisa possibilita à sociedade e as instituições públicas, refletirem por outro viés sobre os paradigmas que permeiam o âmbito educacional, relacionado à cooperação e desenvolvimento de novas práticas que beneficiem a todos os envolvidos na escola.

Esta pesquisa está voltada para exploração de como se dá a atuação do Conselho Escolar de uma determinada escola da rede pública de Educação Básica do município de Assú/RN, e para isso, foi realizado uma pesquisa de campo na instituição alvo, a fim de poder ter um aprofundamento sobre as concepções e práticas de gestão. O processo de construção deste trabalho se deu por meio de pesquisa virtual em sites de periódicos e publicações científicas que permeiam a referida temática. Bem como a aplicação de um questionário por meio de Formulário eletrônico com a referida instituição.

A democratização, ao dar voz a todos os envolvidos no percurso escolar, ultrapassa os muros da escola, pois amplia a participação da comunidade escolar não só na escola, mas também, enquanto sujeito crítico e protagonista de sua própria história. Diante disso, o presente trabalho se desdobrará a partir das seguintes questões:

- Como tem se configurado o processo de atuação dos profissionais da instituição frente às demandas do Conselho Escolar?
- Que concepções têm sido adotadas e postas em prática visando promover uma gestão democrática?

O período considerado nesses estudos foi o ano de 2023. Nossos objetivos são:

- Analisar o funcionamento do Conselho Escolar de uma instituição pública de educação básica no município de Assu/RN.
- Compreender como tem se configurado o processo de atuação dos profissionais da instituição frente às demandas do Conselho Escolar de uma determinada escola pública;
- Identificar que concepções têm sido adotadas e postas em prática visando uma gestão democrática na referida instituição;
- Analisar os indicadores de gestão democrática em uma instituição pública de educação básica no município de Assu/RN;
- Investigar a existência do Projeto Político Pedagógico, e como se dá a elaboração do mesmo.

Para realizar essa pesquisa utilizamos a análise bibliográfica e a aplicação de questionários. Compreendemos que pesquisa bibliográfica é feita com base em material já

elaborado, com o intento de descobrir o que já foi falado e discutido sobre determinado assunto, agregando elementos significativos à produção da pesquisa.

O questionário possui estruturação pré-determinada, pode ser semiestruturado ou completamente predefinido. Tais opções metodológicas escolhidas justificam-se por mediar os questionamentos diretamente com o objeto de estudo. A seguir, apresentam-se as seguintes discussões: a) Conselho Escolar no processo de construção da Gestão Democrática; b) A Gestão Democrática nas escolas públicas; c) O conselho escolar em uma Gestão Democrática, onde apontamos a análise dos dados construídos com a pesquisa desenvolvida.

2. CONSELHO ESCOLAR NO PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

O Conselho Escolar emerge em meio às lutas pela representação de todos os segmentos da comunidade escolar, com a função de assegurar que a gestão democrática aconteça por meio da participação coletiva, tornando-se um dos principais instrumentos para o processo de democratização da gestão. O Conselho pode atuar de forma concreta na realidade da escola, desde que conheça suas funções e o que deve garantir que aconteça no processo educativo, é fundamental que a instância colegiada conheça suas atribuições a fim de chegar aos objetivos propostos.

Neste sentido, percebemos que os conselhos escolares foram criados como fórum de representação da vontade plural da sociedade via participação das comunidades escolar e local. Sua função é dizer ao governo (da escola) o que a comunidade quer o que deseja ver feito, deliberando e aconselhando os dirigentes, no que julgarem prudente, sobre as ações a empreender e os meios a utilizar para o alcance dos fins da escola (Azevedo, 2002, p. 7)

Segundo a gestão democrática, as instâncias devem se integrar e as decisões sobre a escola devem ser tomadas de forma coletiva. Nesse viés, o artigo 14º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, defende que:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na Educação Básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

1. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;
2. II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes.

A criação de Conselhos Escolares foi, portanto, uma alternativa para ir de encontro com a democratização da gestão escolar, advindo de sua legitimidade que é garantida pela Lei

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com a finalidade de contribuir para a efetivação da gestão democrática nas escolas:

O conselho de Escola – concebido como um espaço que proporciona as livres manifestações de ideias e a geração de novas propostas vinculadas às demandas sociais – poderá ser um elemento facilitador na vivência da democracia na gestão escolar. Nesse sentido, é um dos principais instrumentos de democratização da escola, devendo ser visto não como mais um órgão escolar, mas como um modo de conceber e praticar a educação (ALVES, 2005, p. 26)

Formado por todas segmentos da comunidade escolar que, indiretamente ou diretamente, contribuem para educação, sendo elas: pais, alunos, professores, equipe diretiva e funcionários. O conselho escolar é um meio pelo qual se pode exercer sua cidadania, entretanto, também atribui um elo de comprometimento com a educação.

O Conselho Escolar, portanto, é um órgão que tem funções de consulta, decisão e fiscalização em assuntos estabelecidos na legislação estadual ou municipal, e no Regimento Escolar, os quais tratam de aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros. Em muitos Estados, os Conselho de Escola são escolhidos no começo do ano letivo, e sua composição tem uma certa proporcionalidade de participação dos professores, dos funcionários, dos pais e alunos, respeitando-se, em princípio, a paridade dos integrantes da escola (50%) e usuários (50%). Em alguns lugares o Conselho de Escola é denominado de “colegiado” e sua função básica é democratizar as relações de poder. (PARO, 1998; CIZESKI E ROMÃO, 1997, apud LIBÂNEO, 2001).

Como um aspecto essencial de uma escola democrática, os conselhos possuem diferentes funções, dentre as que se pode destacar: **Função deliberativa** – a função específica para decidir sobre determinadas questões; **Consulta** – a função de assessoramento por meio de pareceres que são aprovados pelo colegiado, e encaminhados ao governo e/ou a sociedade; **Fiscal** – a função de fiscalizar o cumprimento das normas e a legalidade e legitimidade das ações, bem como aprova-las ou sugerir alterações; **Mobilizadora** – a função de mediação entre o governo e a sociedade, estimulando e envolvendo a todos com relação as questões da educação. (Brasil, 2004)

As funções que o Conselho Escolar desempenha, quando bem executadas, possibilitam melhorias na educação escolar que podem conduzir à desejada transformação da educação brasileira, somada a muitas outras realizações, bem como a responsabilidade de buscar por melhorias que visem atingir uma qualidade melhor para a educação.

Nesse contexto, a gestão deve se envolver e possibilitar a participação da comunidade

nas decisões da escola, e não apenas cumprir formalidades burocráticas relacionadas à educação, e dessa maneira, a função político-pedagógica do Conselho Escolar será manifestada no engajamento que é desenvolvido durante todo o processo educacional, isto é: no planejamento, na execução e na avaliação das ações da escola. Conforme Andrade et. al (2009)

[...] A comunidade escolar que participa dos conselhos deve sentir-se sua parte integrante e integradora, tenda consciência de seu poder de decisão em questões relativas ao melhor desenvolvimento da escola, formando um ambiente verdadeiramente participativo e democrático nas dimensões administrativa, financeira e pedagógica. Os conselheiros devem compreender seu poder na definição das políticas e diretrizes educacionais locais; levem entender que são formadores e produtos das relações sociais, orientando as ações no interior da comunidade escolar, razão pela qual precisam acreditar no seu potencial de intervir nos aspectos que contribuem para a constituição de uma organização social, no caso, a escola. (p. 55)

A ligação direta entre os sistemas de ensino e os conselhos reverbera a importância da organização deste tipo de representação popular, tendo em vista que a educação é do povo, e para o povo. Sendo assim, o conselho escolar adentra a escola como um espaço de representatividade objetivando melhorias no sistema de ensino por meio de debate popular.

Faz-se necessário, portanto, que a escola possibilite a participação de todos, bem como a criação do Conselho Escolar a fim de se enfrentar as dificuldades que ela vem a viver atualmente. A democracia surge do direito de participar, de escolher e/ou tomar decisões. Entretanto, é importante a compreensão de que, com estes direitos, surgem também os deveres de participar, bem como de se comprometer com a mudança. Dessa forma, abrir espaço para o Conselho Escolar, pressupõe mudanças significativas na forma de gerir a escola, tornando-se um ato de gestão democrática.

Como um espaço de discussão de ideias, bem como definição de estratégias, o Conselho Escolar modifica-se a forma de ver e fazer educação, a partir do ponto onde se delega tarefas que antes eram centradas nas mãos da equipe diretiva. Dessa forma, construindo pontes entre as famílias e a escola, bem como demonstrando que todos tem voz e vez na educação, colaborando de forma a se garantir um melhor ensino:

Quando a comunidade escolar tem acesso às informações e é garantido o seu direito à participação na tomada de decisões, ela tem condições de compreender melhor o funcionamento da escola e se organizar para assegurar os seus critérios de definição de prioridades, de forma que o Estado atenda aos interesses da maioria. É uma das maneiras de fazer funcionar a escola a organizá-la com vistas à melhoria da qualidade de ensino. (ALVES, 2005, p. 22)

A participação das pessoas em órgãos colegiados, como os Conselhos, não serve

somente como uma forma de se fazer presente diretamente na educação da população, mas servem também como uma forma de desenvolver nos cidadãos o hábito de participar nas tomadas de decisões que refletem no seu dia a dia. Por meio da criação deste hábito, as crianças construirão sua cidadania, bem como vivenciarão uma realidade onde sua voz tem importância na tomada de decisões relativas à sua vida escolar por meio do exercício democrático.

O Conselho Escolar, primeiramente, deve construir-se como um espaço que priorize o diálogo, as trocas de ideias e as escutas dos anseios da comunidade e da escola, de forma que, em conjunto, possam buscar alternativas mediante as dificuldades enfrentadas pela escola.

Para aderir às invocações tecnológicas e contribuir com o progresso da democracia desejada, executando as propostas de resolução dos conflitos através do consenso, é necessário à formação e funcionamento dos conselhos dentro de um espaço mais dialógico e interativo, e isto só será possível a partir de discussões e elaboração de normas que servirão de fundamentação e sustentação do processo participativo. Uma vez que os sujeitos forem capazes de implantá-lo, o espaço do Conselho será o instrumento de tradução dos anseios da comunidade escolar. (MARQUES; SALES; MARQUES; SANTOS, 2013, p. 3).

Ao ser abordado como um espaço de discussão, bem como de definição dos objetivos a serem alcançados pela escola, quando bem constituídos, os Conselhos escolares têm um papel fundamental na busca por identificar as problemáticas da escola e prover melhorias em seu funcionamento, educação e democratização, pois além de discutir sobre temáticas administrativas e pedagógicas da escola, os Conselhos podem buscar gerir e aumentar os recursos financeiros destinados à melhoria da estrutura e do funcionamento da escola.

Nos municípios e estados brasileiros que já acumularam experiências em relação à prática de democratização, a gestão democrática vem exercendo influência positiva no que diz respeito a: estrutura e funcionamento dos sistemas possibilitando uma melhor comunicação secretaria x escola; planejamento estratégico, proporcionando maior participação e transparência administrativa; melhoria na qualidade de ensino oferecido aos alunos, contribuindo para que alcancem a formação cidadã; acompanhamento da política educacional, quando aumenta a capacidade de fiscalização da comunidade na execução das políticas. (Ibid, 2013, p. 8)

Com um órgão consultivo e deliberativo que aborda os problemas financeiros, administrativos e pedagógicos da escola, contribuindo diretamente na elaboração e efetivação de projetos e propostas objetivando a melhoria da qualidade da educação, os Conselhos Escolares assumem um papel fundamental na democratização da gestão da educação, pois é por meio do mesmos onde diferentes visões podem ser discutidas, resultando em uma melhor tomada de decisão ao qual venha a contribuir na vida das pessoas.

A implementação dos Conselhos Escolares, portanto, é uma alternativa para aproximar

a escola com a família e a comunidade local, envolvendo todos os segmentos visando uma educação melhor. Constituindo-se como um aprendizado coletivo e constante. Por meio de um diálogo constante, a gestão democrática da educação cresce e se fortalece, puxando a participação de todos, seja através de sugestões ou cobranças do que foi estabelecido, demonstrando a importância da voz do povo nas decisões que se referem diretamente ou indiretamente às suas vidas.

De acordo com Andrade et. al (2009), no contexto histórico dos anos 80, a sociedade civil organizada obteve importantes vitórias em relação ao seu direito de participar das decisões que envolviam a gestão pública. Mais tarde, nos anos 90, os conselhos se tornaram institucionalizados e regulamentados, perdendo o caráter de mobilização social e passando a servir aos interesses do Estado, que os supervisiona e controla. Fica claro, portanto, que o aspecto institucional dos conselhos permitiu ao Estado determinar a organização e as formas de participação, mesmo que fossem limitados o poder de decisão dos seus membros representantes.

Muito se discute, ainda, sobre a importância do conselho escolar para a construção de uma gestão democrática, percebemos que é por meio deste órgão que se obtém a efetivação da democratização da gestão.

Portanto, a democratização da gestão pública deve ser iniciada na própria escola, por meio da criação e do funcionamento do Conselho Escolar, exercitando a participação, discussão e tomadas de decisão. A boa gestão, manutenção e funcionamento deste órgão pode, conseqüentemente, desenvolver uma cultura de participação do povo nos atos de gerenciar serviços destinados a ele, contribuindo para uma gestão pública de qualidade que seja voltada as necessidades de cada local. Dessa forma, participar e compartilhar tarefas, objetivando um ensino de qualidade, resulta para a formação de cidadanias, levando a autonomia.

Assim sendo, o Conselho Escolar é o elo que aproxima e liga a escola-família-comunidade, visando trabalhar as necessidades destes segmentos. Sendo fundamental que cada escola organize seu próprio Conselho e construa em conjunto um ambiente participativo e comprometido com a melhoria da educação, efetivando a democracia e desenvolvendo nos educandos, a cidadania e a consciência de que este pode, e deve fazer a diferença.

2.1 A GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Discutir sobre gestão democrática, implica, necessariamente, em conceber a ideia de

que uma escola pública onde não se á autonomia de decisões e liberdade, não se consegue contribuir diretamente na formação de sujeitos que sejam críticos ou autônomos. Entretanto, isso não significa tratar a escola como algo isolado da sociedade, e autônoma ao ponto de não precisar responder ou receber recursos do Estado, e sim que, enquanto escola pública, receba recursos suficientes para sua concretude, e tenha liberdade de escolha dos materiais pedagógicos que sejam referentes a sua realidade e problemáticas da comunidade local.

Ainda existe nas escolas, um certo desconhecimento do Conselho e de suas funções. No contexto educacional, é essencial que cada órgão colegiado entenda seu verdadeiro papel na articulação da gestão democrática, por isso, é importante colaborar com o processo educativo da escola pública. A escola pública concebida como espaço social e educativo, sofre as influências da sociedade nas dimensões sociais, políticas e econômicas, e não se pode ignorar que dentro de muitas delas há relações de poder que reproduzem ações tradicionais e autoritárias afastando a gestão dos princípios democráticos, como está sendo observado em nível macro atualmente. Nesse sentido Gonçalves (2014) afirma que

A gestão escolar, hoje, deve ter seus alicerces em bases históricas e constitutivas, como os próprios conceitos da administração, mas jamais esquecendo que se trata de um ambiente educativo social, por isso a gestão escolar merece ser entendida como um processo evolutivo e também compreender que a escola não surge como um processo burocrático e sim para um processo de aquisição, informação e de transformação do sujeito (p. 9).

No estudo dos processos de organização e gestão, há algumas concepções diferenciadas em relação às finalidades sociais e políticas da educação, as quais serão tratadas a seguir. De início, temos a concepção científico-racional, a qual predomina uma perspectiva mais formalista e tecnicista de escola. A partir dessa concepção, a escola é vista como uma realidade concreta que deve agir de forma lógica e, por isso, pode ser projetada e gerenciada para atingir melhores níveis de efetividade. As escolas que seguem esse modelo valorizam a estrutura organizacional, a hierarquia de funções, as normas e regulamentos, a direção centralizada e o planejamento com pouca participação das pessoas. Consiste em um modelo bastante frequente de organização escolar. (Libâneo (2001)

Por outro lado, na concepção sociocrítica, Libâneo (2001) enfatiza que prevalecem formas democráticas, ou seja, consiste em uma forma de organização escolar em que é concebida como um sistema que agrega pessoas, destacando-se o caráter intencional de suas ações. A organização escolar nesse viés é vista como um sistema que reúne pessoas, valorizando a intencionalidade de suas ações, vendo a escola não como um espaço neutro a

ser analisado, mas algo construído pela comunidade educativa, envolvendo os professores, os alunos e os pais. Essa perspectiva propõe considerar dois aspectos interligados: por um lado, compreende que a organização é uma construção social, a partir da subjetividade das pessoas, por outro, que essa construção não é um processo livre e voluntário, mas mediatizado pela realidade sociocultural e política mais ampla, incluindo a influência de forças externas e internas marcadas por interesses de grupos sociais, sempre contraditórios e às vezes conflitivos. Busca relações solidárias, formas participativas, mas também valoriza os elementos internos do processo organizacional - o planejamento, a organização e a gestão, a direção, a avaliação, as responsabilidades individuais dos membros da equipe e a ação organizacional coordenada e supervisionada, já que precisa atender a objetivos sociais e políticos muito claros, em relação à escolarização da população.

Libâneo (2001) ainda aborda a concepção técnico-científica, o qual se fundamenta na organização de cargos e funções para aperfeiçoar o trabalho e a eficácia dos serviços escolares. Busca seguir princípios e métodos da administração empresarial.

Algumas características desse modelo são:

- A definição clara das funções de cada membro da equipe escolar, respeitando a especialização técnica de cada um;
- A centralização do poder no diretor, que coordena e supervisiona as atividades da escola;
- A ênfase na administração, seguindo normas, regras e procedimentos burocráticos para controlar a qualidade do trabalho escolar;
- A comunicação linear, que parte do diretor para os demais funcionários, baseada em normas e regras;
- A priorização das tarefas sobre as pessoas, focando nos resultados e na eficiência da escola.

A concepção autogestionária é uma forma de organização e gestão escolar que valoriza a responsabilidade coletiva e a participação igualitária de todos os membros da instituição. Conforme pondera Libâneo (2001), nessa concepção, não há uma direção centralizada, mas sim decisões coletivas tomadas em assembleias e reuniões, eliminando-se todas as formas de autoridade e poder individualizado. Além disso, a concepção autogestionária enfatiza as inter-relações mais do que as tarefas, recusa normas e sistemas de controle externos, e busca vincular a gestão interna da escola com a auto-gestão social, ou seja, o poder coletivo no plano político. Acredita-se que a instituição escolar tem um poder instituinte, ou seja, de criar e transformar a realidade social por meio da prática da

participação e da autogestão.

Já a gestão democrático-participativa, é um modelo de organização escolar que valoriza a coletividade e a transparência nas decisões. Ela pressupõe que todos os membros da escola tenham voz e responsabilidade na definição dos objetivos sócio-políticos e pedagógicos da instituição. Além disso, ela exige que a direção articule e coordene as ações, garantindo a qualificação e a competência profissional, a coleta de informações reais e a avaliação sistemática dos resultados. Nesse modelo, há uma relação orgânica entre a direção e a participação, que busca o consenso e o compromisso de todos com o trabalho educativo.

Libâneo (2001) aponta que o modelo democrático-participativo entende a organização escolar como uma expressão da cultura. Segundo essa perspectiva, a escola não pode ser reduzida a um conjunto de elementos objetivos, quantificáveis e independentes dos sujeitos, mas sim reconhecida como um espaço de vivências subjetivas, de relações sociais e de construção de sentidos. Nesse sentido, afirmar que a organização é uma cultura implica reconhecer que ela é fruto da ação dos seus membros. Isso não significa negar a existência de fatores objetivos, como as formas de poder, a estrutura organizacional e os propósitos sociais e culturais definidos pela sociedade e pelo Estado.

As formas de organizar e gerir uma escola expressam visões políticas, tendo em vista que a gestão escolar não é neutra, pois possui um sentido pedagógico, isto é, está relacionada a propósitos mais amplos sobre o papel da escola na manutenção ou na mudança social. Toda instituição escolar pública requer de uma organização interna para funcionar de maneira assertiva, e essa organização é definida pelo Regimento Escolar ou por leis estaduais ou municipais, que expõe como as funções são distribuídas e relacionadas entre si. A estrutura organizacional das escolas pode variar conforme a legislação e a concepção adotada, mas há uma estrutura básica que inclui as unidades e funções típicas de uma escola.

3. O CONSELHO ESCOLAR EM UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A pesquisa do presente trabalho foi realizada por meio de um questionário aplicado a uma escola pública da cidade de Assú/RN de Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais. O contato inicial se deu por meio de uma apresentação formal à instituição e, em sequência, enviado um link do formulário (Google Forms) com nove (9) perguntas para os professores.

O município de Assú é uma cidade brasileira, do interior do estado do Rio Grande do Norte, localiza-se na microrregião do Vale do Açu, mesorregião do Oeste Potiguar e no Polo Costa Branca, a 207 km da capital do estado, Natal. Contendo aproximadamente 53.245 habitantes (de acordo com o censo do IBGE/2010), a maior parte dos moradores habita na zona urbana e uma menor parte nas comunidades rurais do município. A área territorial do município é de 1.269,235 km². Seu nome tem origem na “Taba-açu” (Aldeia Grande), uma área de agrupamento de índios guerreiros da região. A cidade tem como suas principais fontes de renda a exploração petrolífera, a fruticultura, a agricultura familiar e a pesca.

Para coleta de dados, fomos até a referida instituição e, após apresentações, disponibilizamos acesso ao formulário. Foi proposto um questionário com nove (9) perguntas, apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 1 - Questionário para os membros da escola.

QUESTIONÁRIO PROFESSORES
1. O que é o conselho escolar? E quais seus objetivos?
2. O que você entende por gestão democrática?
3. Qual a importância de uma gestão democrática?
4. Como o Conselho Escolar pode contribuir na construção de uma gestão democrática?
5. Você participa das decisões realizadas em sua escola?
6. As famílias participam das atividades na escola? Como acontece essa participação?
7. Você acha que a participação das famílias é importante para garantir uma educação de qualidade?
8. Com que frequência acontecem as reuniões?
9. Quais discussões são realizadas nas reuniões?

Apesar de solicitado que o máximo número de funcionários respondesse, somente duas (2) professoras da instituição responderam, às quais manteremos seus nomes em anonimato.

Ao analisar as respostas dos entrevistados, nota-se que compreendem que o conselho escolar é formado pelos pais, representantes dos alunos, professores e funcionários, bem como

membros da comunidade e diretores das escolas, e que cada escola deve estabelecer regras transparentes e democráticas para eleição dos membros do conselho. O conhecimento sobre o conselho escolar é de fundamental importância para efetivação do mesmo, tendo em vista de que todas as vozes e opiniões são importantes por meio da divisão de responsabilidades em prol de um bem comum. As entrevistadas dizem ainda que os objetivos do conselho são de zelar pela manutenção da escola, bem como monitorar as ações dos dirigentes escolares, objetivando assegurar a qualidade de ensino. Portanto, fazendo uso das funções deliberativas, consultivas e mobilizadoras, funções essas que são de extrema importância para a gestão democrática das escolas públicas.

Com relação a gestão democrática, as entrevistadas responderam que o mesmo é uma estratégia para produzir e manter o bom funcionamento das atividades escolares, e que a mesma é caracterizada pela possibilidade de participação de toda comunidade escolar no processo de resolução dos acontecimentos na rotina da instituição escolar. Ainda acrescentam que, neste modo de gestão, os alunos, professores e a equipe pedagógica se unem a aqueles que já fazem a gestão de outras decisões (Gestores, Coordenadores e diretores) de forma a acrescentar e apresentar soluções que, outrora sem a experiência dos envolvidos, não seria possível.

Compreende-se, portanto, pelas respostas das entrevistadas, que este modelo de gestão possibilita a participação dos indivíduos nas tomadas de decisões da escola. Sobre isso, Bordenave (1994, p. 61) diz que “a participação escola-comunidade constitui um laboratório vivo onde os futuros cidadãos aprendem a difícil arte da convivência democrática”. Por consequência, o modelo de gestão democrática ocasiona nos discentes o desejo pela participação, os incentivando por meio de situações que os façam compreender a importância da participação e divisão das responsabilidades, objetivando uma melhor escola.

Ao serem questionadas sobre a importância de uma gestão democrática, as entrevistadas apontam que a gestão é essencial para a descentralização do poder, resultando em um comprometimento de toda comunidade para com a escola.

No que diz respeito às contribuições do conselho escolar na construção de uma gestão democrática, as entrevistadas apontam que cabe ao conselho zelar pela manutenção da escola, bem como de monitorar as ações dos dirigentes escolares, de forma a garantir que a gestão democrática não seja só um discurso. Entretanto, as entrevistadas afirmam que participam das decisões da escola poucas vezes, bem como raramente se há a presença das famílias nessas reuniões, mas que entendem a importância da participação das famílias no sentido de impulsionar a valorização da escola por parte dos alunos. Todavia, também foi apontado que

são raras as reuniões, e que normalmente só se discute sobre os assuntos relacionados à administração escolar.

Dentro de uma gestão democrática, o conselho escolar tem papel fundamental, tendo em vista que o mesmo reúne os membros da comunidade escolar, que participam de todos os processos que envolvem o bom funcionamento da escola, dessa forma, auxiliando na construção de conhecimentos (RIBEIRO e OLIVEIRA, 2018). Contudo, isso também significa que, o abandono ou a não participação da comunidade, pais, alunos e professores no Conselho Escolar acarreta diversas consequências negativas no contexto educacional. Este órgão desempenha um papel crucial na promoção da participação da comunidade escolar, no acompanhamento das políticas educacionais e na tomada de decisões relevantes para o bom funcionamento da instituição de ensino. Quando o Conselho Escolar é negligenciado, a voz dos pais, alunos e demais membros da comunidade é silenciada, o que pode resultar em falta de transparência na gestão escolar. Além disso, a ausência desse órgão compromete a identificação e solução de problemas específicos da escola, prejudicando o desempenho dos alunos e a qualidade do ensino. Em última instância, o abandono do Conselho Escolar mina a democratização do sistema educacional, tornando essencial reafirmar sua importância e reativar sua participação ativa para promover um ambiente escolar mais inclusivo e eficaz.

Pelas falas das entrevistadas, compreende-se a importância da trindade - autonomia, democracia e participação para efetivação de uma gestão democrática. Sobre isso, Libâneo (2008, p. 102) corrobora ao dizer que “a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomadas de decisões e no funcionamento da organização escolar.”.

Entretanto, vale salientar que foi identificado nas respostas das entrevistadas, trechos idênticos a trechos acadêmicos, bem como definições específicas definidas pelos documentos basilares da educação, isso implica em algumas possibilidades, sendo elas a “falta de confiança” de responder com suas próprias palavras, ou que as entrevistadas não se sentiram a vontade de responder em seus próprios termos, ou o próprio desconhecimento dos conceitos aos quais foram requisitadas a definir. Todavia, isso implica a necessidade de um aperfeiçoamento por meio de formações continuadas, tendo em vista que, de forma a se garantir uma gestão democrática plena, os próprios envolvidos, professores inclusos, precisam saber suas definições e atribuições. Isso parte do princípio de que a formação continuada das professoras desempenha um papel fundamental na melhoria constante da qualidade da educação. O processo de ensino está em constante evolução, com novas abordagens pedagógicas, tecnologias e descobertas na área da educação surgindo regularmente.

Portanto, a formação continuada permite que as professoras se mantenham atualizadas e capacitadas para lidar com essas mudanças de forma eficaz. Elas podem adquirir novos conhecimentos, estratégias de ensino, e aprimorar suas habilidades de maneira a atender às necessidades de alunos em constante transformação. Além disso, a formação continuada contribui para a valorização profissional das professoras, pois reflete diretamente na confiança e motivação das mesmas quando estão em constante aprendizado e desenvolvimento, o que se reflete positivamente em sua atuação em sala de aula. Isso não apenas beneficia o desempenho acadêmico dos alunos, mas também fortalece a autoestima e a satisfação das professoras, tornando a profissão mais atrativa e promovendo um ambiente escolar mais enriquecedor. Em resumo, a formação continuada é essencial para manter as professoras atualizadas, motivadas e capazes de proporcionar uma educação de qualidade, promovendo assim um impacto positivo no sistema educacional como um todo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou compreender como se dá a atuação de um Conselho Escolar na construção de uma Gestão Democrática em uma escola municipal de Assu/RN, tendo em vista os benefícios que somente uma escola a qual se preocupa em dar voz e vez a todos aqueles que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem pode ocasionar.

A existência de um conselho escolar proporciona o desenvolvimento da escola, tendo em vista que o mesmo promove a participação dos membros em todas as decisões que envolvem o bem estar da escola e de sua comunidade, permitindo, portanto, um bom funcionamento.

Foi constatado, por meio das análises que, as educadoras da presente instituição não se sentem seguras em suas próprias concepções dos conceitos pertinentes a uma gestão democrática, recorrendo a auxílio externo para resposta do questionário, dessa forma, se presentifica a necessidade de formações continuadas e reuniões que abordam esses temas, pois não se efetiva um bom Conselho da Escola tendo membros representativos de todas as classes, e sim com membros que não somente contem como números, mas que contribuam ao compreender seu papel, voz, vez e atribuições formais.

Verificou-se, também, que não somente as reuniões do Conselho são raras, mas que mesmo nessas, os(as) Professores(as) pouco participam, seja por outras atribuições e questões pessoais, ou por acharem que, mesmo ao participar, suas vozes não serão ouvidas e correspondidas.

Constata-se pelas respostas das professoras, também, a necessidade da democratização da gestão escolar como mecanismo de transformação social, pois somente indivíduos que se sentem representados e que podem influenciar diretamente e indiretamente nas atribuições da escola por meio do compartilhamento das responsabilidades, formam senso crítico e possuem vontade de serem ativos em todos os outros aspectos de suas vidas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, João Maria Valença de; QUEIROZ, Maria Aparecida de; AZEVEDO, Márcio Adriano de; MORAIS, Pauleany Simões de. **O papel dos Conselhos para a criação dos Sistema Nacional de Educação**. In: FRANÇA, Magna (Org.). Sistema Nacional de Educação e o PNE: diálogos e perspectivas. Brasília: Liber Livro, 2009.

AZEVEDO, Janete M. Lins. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. In: **SALTO PARA O FUTURO: a construção coletiva do projeto político-pedagógico**. Disponível em: <<http://www.redebrasil.tv.br/salto/boletins2005/rde/tetxt4.htm>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

AZEVEDO, Janete M.L. de. **Implicações da nova lógica de ação do estado para a educação municipal**, Revista Educação & Sociedade n. 80, Campinas: CEDES, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 mai. 2023.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – **Programa nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da Educação Pública** / elaboração Genuíno Bordinon. – Brasília: MEC/SEB, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf. Acesso em: 24/10/2023

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é Participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 85p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4271424/mod_resource/content/1/Livro_BORDENAVE-O%20que%20%C3%A9%20Participa%C3%A7%C3%A3o_1994.pdf. Acesso em: 20/10/2023

CISEKI, angela Antunes. **Conselhos de Escola: coletivos instituintes da escola cidadã**. In: **Salto para o Futuro: Construindo uma Escola Cidadã: Projeto-político pedagógico**. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, MEED, 1998.

FRANÇA, Magna. **Gestão educacional nos anos 90: um estudo da descentralização financeira**. 2001. 256f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Ademir Nunes. **Tópicos avançados de gestão educacional, fundamentos da gestão escolar: história, bases e princípios**. Guarapuava: Unicentro, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. “O sistema de organização e gestão da escola” In: LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola - teoria e prática**. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA ESCOLA: Teoria e Prática**. 5.ed. revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.

RIBEIRO, M. P.; OLIVEIRA, T. R. B. **Por um conselho escolar efetivamente democrático: um proposta concreta**. Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, n. 2, p. 588-607, maio/agosto, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10864/7714#citations>. Acesso em 14/05/2023

APENDICE

25/10/2023, 00:47

Questionário

Questionário

Questionário com ns de produção de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da aluna Aisla Rayla, estudante da UFERSA campus Angicos.

Nome *

[REDACTED]

O que é o conselho escolar? E quais seus objetivos?*

conselhos escolares são constituídos por pais, representantes de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e diretores de escola. Cada escola deve estabelecer regras transparentes e democráticas de eleição dos membros do conselho.

Cabe ao conselho zelar pela manutenção da escola e monitorar as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade do ensino. Eles têm funções deliberativas, consultivas e mobilizadoras, fundamentais para a gestão democrática das escolas públicas.

Entre as atividades dos conselheiros estão, por exemplo, fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à escola e discutir o projeto pedagógico com a direção e os professores.

O que você entende por gestão democrática?*

uma estratégia para produzir e manter o bom funcionamento das atividades escolares. caracteriza-se por possibilitar a participação de toda a comunidade escolar nas decisões que envolvem o desempenho da escola.

É um modo de gestão em que alunos, professores e equipe pedagógica se juntam àqueles que já fazem a gestão de outras decisões (gestores, coordenadores e diretores) para deliberar sobre determinado assunto.

Qual a importância de uma gestão democrática?*

Porque promove a descentralização do poder, fazendo com que haja um comprometimento de toda comunidade, em todas as questões que dizem respeito à escola, trabalhando sempre para a qualidade do ensino-aprendizagem.

Como o Conselho Escolar pode contribuir na construção de uma gestão democrática?*

Cabe ao conselho zelar pela manutenção da escola e monitorar as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade do ensino. Eles têm funções deliberativas, consultivas e mobilizadoras fundamentais para a gestão democrática das escolas públicas.

Você participa nas decisões realizadas em sua escola?*

Algumas vezes

As famílias participam das atividades na escola? Como acontece essa participação?*

Quase nunca

Você acha que a participação das famílias é importante para garantir uma educação de qualidade? *

Sim . A partir do momento que os pais se envolvem eles valorizam mais a escola

Com que frequência acontece as reuniões?*

Raramente

Quais discussões são realizadas nas reuniões?*

Geralmente assuntos relacionados a administração escolar

Questionário

Questionário com ns de produção de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da aluna Aisla Rayla, estudante da UFERSA campus Angicos.

Nome *

[REDACTED]

O que é o conselho escolar? E quais seus objetivos?*

O conselho escolar são constituídos por pais, representantes de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e diretores de escola. Cada escola deve estabelecer regras transparentes e democráticas de eleição dos membros do conselho. Seus objetivos são ajudar na tomada de decisões que envolvam o contexto escolar de modo geral. Cabe ao conselho zelar pela manutenção da escola e monitorar as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade do ensino.

O que você entende por gestão democrática?*

A importância da gestão democrática da educação é o principal assunto a ser debatido no conselho. Os participantes terão a oportunidade de dialogar sobre as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) que fazem referência à gestão democrática e ao conselho escolar. O PNE está em tramitação no Congresso Nacional.

Qual a importância de uma gestão democrática?*

Estabelecer as regras, de forma transparente e democrática, para a eleição dos membros do conselho.

Como o Conselho Escolar pode contribuir na construção de uma gestão democrática?*

Eles têm funções deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras, que visam garantir a gestão democrática e a qualidade da educação nas escolas públicas.

Você participa nas decisões realizadas em sua escola?*

Sim. Opino enquanto professor.

As famílias participam das atividades na escola? Como acontece essa participação?*

famílias podem se envolver ativamente nas decisões tomadas pelas escolas dos seus filhos. Candidatar-se a uma vaga no conselho escolar é uma boa maneira de acompanhar e auxiliar o trabalho dos gestores escolares.

Você acha que a participação das famílias é importante para garantir uma educação de qualidade? *

Sim. Pois se trata de uma gestão democrática, então cada opinião conta muito.

Com que frequência acontece as reuniões?*

Por semestre. Em caso de urgência podemos fazer uma convocação de urgência.

Quais discussões são realizadas nas reuniões?*

Tratamos assuntos referentes a infraestrutura da escola, merenda escolar, melhorias para a aprendizagens e investimentos de projetos.

Este formulário foi criado em UFERSA.

Google Formulários

AGRADECIMENTOS

A Deus, agradeço pelo dom da vida, e por todas as graças recebidas durante todos esses anos, por renovar minhas forças e esperanças. A minha mãe e meu padrasto, por todo apoio desde o início do curso, lembro-me de todas as noites que me esperaram chegar da faculdade, a vocês minha eterna gratidão. E a todos da minha família que sempre me motivaram a não desistir.

Agradeço ao meu esposo Airton, agradeço por todos os incríveis anos de confiança, respeito e amor, por me incentivar sempre que eu pensava em desistir, sempre me lembrando que eu sou capaz, você foi fundamental em meus momentos difíceis.

Agradeço à minha Orientadora Dr^a. Fádyla Araújo, pela paciência, e pela ajuda fundamental no percurso de orientação para o andamento deste artigo. Bem como a Banca Examinadora pela disponibilidade para avaliar meu trabalho.

Agradeço aos meus amigos (Paulo, Neto, Renata, Manu, Laiara, Soraima, Jessica, Dorothy, Jefferson e Clara Alicia, entre tantos outros) por toda caminhada e trabalhos juntos, em especial meu amigo Neto, por sempre me incentivar e torcer pelo meu sucesso durante toda caminhada, saiba que a recíproca é verdadeira. Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização deste trabalho.